



PRÁTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA COM CRIANÇAS BEM PEQUENAS EM NAVIRAÍ-MS

*“[...] o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado.” – em
Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade
(Hooks, 2017, p. 273).*

Vinicius Benites de Souza¹

Larissa Wayhs Trein Montiel²

RESUMO:

Este estudo teve como objetivo promover uma prática pedagógica antirracista na Educação Infantil, com foco em uma turma de maternal I de uma creche pública no município de Naviraí-MS. A pesquisa foi realizada por meio de uma intervenção com crianças de dois anos a dois anos e meio, utilizando uma sequência didática composta por atividades lúdicas e artísticas inspiradas na cultura africana, como pintura, modelagem com argila e confecção de colares. As atividades buscaram valorizar a diversidade étnico-racial, estimular a expressão da identidade e desenvolver atitudes de respeito ao outro. A metodologia adotada baseou-se na observação participante, com registro das interações e produções infantis ao longo dos três encontros. Os resultados evidenciaram que, mesmo entre crianças muito pequenas, é possível desenvolver uma consciência inicial sobre a diversidade e promover o reconhecimento das diferenças de forma positiva e inclusiva. Constatou-se também que a mediação intencional dos professores e a organização do cotidiano escolar são fundamentais para garantir experiências significativas que contribuam para a construção de uma educação antirracista desde os primeiros anos. Por fim, o estudo reforça a importância da formação docente e do compromisso institucional com práticas que enfrentam o racismo e valorizem as múltiplas identidades presentes na infância.

PALAVRAS-CHAVE: Educação antirracista; Educação Infantil; Diversidade étnico-racial; Práticas inclusivas.

ABSTRACT

This study aimed to promote anti-racist pedagogical practices in Early Childhood Education, focusing on a Maternal I class at a public daycare center in the municipality of Naviraí – MS, Brazil. The research was conducted through an intervention with children aged two to two and a half years., using a didactic sequence composed of playful and artistic activities inspired by African culture, such as painting, clay

¹ Acadêmico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Naviraí. Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Pedagogia e Ciências Sociais.

² Docente do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Naviraí.

modeling, and necklace making. These activities sought to value ethnic-racial diversity, stimulate identity expression, and foster attitudes of respect for others. The methodology was based on participant observation, with records of children's interactions and productions throughout the three-day sequence. The results showed that, even among very young children, it is possible to develop an initial awareness of diversity and promote the positive and inclusive recognition of differences. It was also found that intentional teacher mediation and the organization of the daily routine are essential to ensure meaningful experiences that contribute to building an anti-racist education from early childhood. Finally, the study reinforces the importance of teacher training and the institutional commitment to practices that confront racism and value the multiple identities present in childhood.

Keywords:

Anti-racist education; Early Childhood Education; Ethnic-racial diversity; Inclusive practices.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como proposta discutir a importância da Educação Antirracista, voltada para a desconstrução de preconceitos, a valorização da pluralidade cultural e a promoção da equidade³ dentro das instituições de Educação Infantil. Como aponta Ferreira (2014, p. 276), “é essencial discutir as relações raciais e as práticas pedagógicas, articulando essas questões à formação dos professores”.

A Educação Antirracista na Educação Infantil torna-se cada vez mais relevante diante da urgência em combater as desigualdades raciais desde a primeira infância. O racismo, presente em diversas esferas da sociedade, também se manifesta no ambiente escolar, impactando diretamente o desenvolvimento das crianças e influenciando a construção de suas identidades. Embora se apresente de forma mais sutil na Educação Infantil em comparação ao Ensino Fundamental (Oliveira, 2010), o racismo ainda opera por meio de estereótipos, exclusões e representações negativas. Conforme Munanga (2004, p. 8), “o racismo parte de uma ideologia que constrói a ideia de raça como uma categoria hierarquizada no imaginário social, e não apenas baseada em traços físicos”. Assim, práticas pedagógicas antirracistas tornam-se fundamentais para promover um ambiente escolar que valorize a equidade e a diversidade étnico-cultural (Nunes, 2021).

A pesquisa delimita-se à análise e implementação de ações de intervenção com crianças do maternal I (dois anos e dois anos e onze meses), com o intuito de promover práticas antirracistas desde a primeira infância. A escolha desse público é estratégica, pois é nesse momento que a construção das percepções sobre o outro e a formação da autoestima começam

³ A equidade pode ser compreendida como um conceito dialético, pois envolve a análise de contradições e a busca por sínteses entre diferentes perspectivas de justiça. Isso significa que sua aplicação exige um equilíbrio entre regras universais e adaptações particulares, levando à adoção de políticas compensatórias, como a discriminação positiva, quando necessário (Sousa, Carneiro, 2025, p. 320).

a se desenvolver. Ao trabalhar as questões raciais precocemente, é possível romper com preconceitos e promover a valorização da pluralidade cultural, dismantando representações estereotipadas e fortalecendo identidades positivas (Silva, 2020).

A escolha do tema justifica-se pela urgência de implementar práticas antirracistas na Educação Infantil, garantindo um ambiente inclusivo e acolhedor desde os primeiros anos. Considerando que as desigualdades étnico-raciais se manifestam também na infância, a escola torna-se um espaço privilegiado para ampliar o olhar das crianças pequenas sobre o outro e fomentar o respeito à diversidade (Silva, 2020). A escolha desse tema também veio de vivências que marcaram o pesquisador ao perceber como o preconceito ainda aparece, mesmo de forma silenciosa, no dia a dia das crianças pequenas. Essas experiências despertaram uma vontade real de entender melhor o papel do professor e buscar caminhos para tornar a sala de aula um espaço onde cada criança se sinta respeitada, acolhida e valorizada em sua própria identidade.

A literatura infantil antirracista, por meio de histórias, jogos, brincadeiras e produções artísticas inspiradas na cultura negra, contribui significativamente para o fortalecimento das identidades, ampliação de repertórios e construção de estratégias pedagógicas mais equitativas (Silva, 2023). Nesse cenário, a Lei 10.639/2003 reforça o compromisso com uma educação que reconheça e valorize as contribuições histórico-culturais afro-brasileiras, embora sua implementação ainda represente um desafio em muitas instituições (Padilha; Zilberstein, 2020).

A problemática desta pesquisa relaciona-se à permanência de estereótipos raciais nas práticas pedagógicas e aos impactos dessas representações no desenvolvimento infantil. Diante disso, busca-se compreender de que forma a Educação Infantil pode favorecer a construção de uma identidade positiva e respeitosa entre as crianças pequenas, analisando os efeitos das práticas antirracistas no maternal, especialmente nas relações interpessoais e na formação da autoestima desde os primeiros vínculos (Silva, 2020).

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar e promover práticas antirracistas, destacando a importância da igualdade racial e da valorização da diversidade étnico-cultural no ambiente da Educação Infantil. Especificamente, a pesquisa visa: i) Identificar estereótipos presentes nas representações infantis; ii) compreender seus impactos no desenvolvimento socioemocional e identitário das crianças; iii) elaborar uma sequência didática que incentive o respeito à diversidade e a valorização da identidade racial; iv) avaliar as contribuições dessas práticas para a construção da identidade das crianças bem pequenas.

Para o desenvolvimento deste estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa com a proposta metodológica de intervenção, realizada em uma creche da rede municipal de Naviraí - MS, envolvendo crianças pequenas e professores. Essa abordagem reconhece a realidade

como uma construção social, considerando a relação próxima entre pesquisador e objeto de estudo, bem como as influências situacionais que aproximam o processo investigativo. A pesquisa qualitativa permite explorar a complexidade das interações e dos contextos sociais, trabalhando com pressupostos, coleta, transcrição e análise de dados de maneira reflexiva e dinâmica (Günther, 2006, p. 202).

Segundo Gil (2021, p. 15):

[...] a pesquisa qualitativa enfatiza as qualidades de entidades e de processos que não são apresentadas em termos de quantidade, intensidade ou frequência. Ela enfatiza a natureza socialmente construída da realidade, o relacionamento íntimo entre o pesquisador e o que é estudado, além das restrições situacionais que moldam a investigação.

Nesse sentido, a partir de uma pesquisa-intervenção, que é centrada no agir e fundamentada em uma metodologia exploratória, propõe que pesquisador e participantes definam conjuntamente os objetivos no campo de atuação, valorizando a construção coletiva do conhecimento e promovendo a transformação da realidade estudada por meio da ação e da reflexão compartilhada (Rocha; Aguiar, 2003).

A pesquisa-intervenção teve como foco a sensibilização e conscientização das crianças pequenas do maternal sobre as questões raciais e de inclusão, por meio de atividades pedagógicas direcionadas à construção de uma postura mais inclusiva e respeitosa desde a primeira infância. Na qual os participantes da pesquisa foram crianças com idades entre dois anos e dois anos e onze meses, além dos professores do maternal, cujas práticas educativas foram observadas e analisadas ao longo do processo. O estudo foi realizado em uma creche pública municipal, proporcionando um contexto real para a observação das práticas pedagógicas e para o desenvolvimento da sequência didática voltada à valorização da diversidade e da identidade racial.

A coleta de dados foi realizada por meio de observações sistemáticas das interações no ambiente escolar, registros em diário de campo (como diário de bordo) e análise das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos educadores. A abordagem qualitativa possibilitou uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e pedagógicas que envolvem as relações raciais no contexto da Educação Infantil, permitindo uma análise crítica e reflexiva das ações implementadas.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: Introdução, apresenta e contextualiza a temática, justificando a importância da Educação Antirracista na infância, além de descrever o percurso metodológico adotado. Fundamentação teórica: Define e conceitua racismo e Educação Antirracista, com ênfase na Educação Infantil e nas interações com crianças

bem pequenas. Aborda o papel da creche na formação da identidade, a promoção da equidade e a legislação pertinente ao tema. Metodologia e aplicação: Descreve o processo de observação e aplicação da sequência didática voltada à valorização da diversidade e identidade racial. Análise dos dados: Apresenta os resultados e reflexões obtidas a partir das atividades desenvolvidas, permitindo uma avaliação dos impactos das práticas antirracistas no contexto educacional infantil. Considerações finais e referências.

2. O RACISMO E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO NO CONTEXTO DA INFÂNCIA

O racismo pode ser compreendido como uma construção histórica que estabelece hierarquias entre grupos humanos, atribuindo a determinados indivíduos o direito a uma vida digna, enquanto relega outros à marginalização. Conforme destaca Foucault (2005), a distinção entre raças foi utilizada como instrumento para fragmentar a população e justificar práticas de exclusão.

No contexto brasileiro, essa realidade impõe a necessidade urgente de superar preconceitos e romper com a lógica de superioridade e inferioridade entre os grupos étnico-raciais. É fundamental construir novas formas de convivência entre negros e não negros, pautadas no reconhecimento e no respeito mútuo (Munanga, 2005). Nesse sentido, a educação antirracista emerge como uma prática essencial no enfrentamento das desigualdades raciais ainda presentes nas instituições educacionais.

De acordo com Troyna e Carrington (1990, p. 1), a educação antirracista envolve: “uma vasta variedade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas com o objetivo de promover a igualdade racial e eliminar formas de discriminação e opressão, tanto individual como institucional.” Essa abordagem reconhece que o racismo está profundamente enraizado em diversas dimensões da sociedade, e por isso demanda respostas igualmente estruturadas, abrangentes e contínuas, como afirma Hooks (2017, p. 273) na epígrafe desse texto “[...] o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado.”

Dentro dessa perspectiva, a educação antirracista não se limita ao enfrentamento do racismo explícito; ela busca também desconstruir formas mais sutis, implícitas e sistemáticas de discriminação presentes tanto no ambiente escolar quanto na sociedade em geral. Isso inclui promover a conscientização crítica de professores, gestores e estudantes, incentivando ações que desafiem estereótipos raciais e práticas excludentes.

Para tanto, é necessário manter uma análise contínua e reflexiva sobre os modos pelos quais valores raciais são transmitidos e reforçados nas interações cotidianas e nos processos

educacionais (Francisco Junior, 2008). Ao reconhecer o impacto dessas interações, a educação antirracista contribui para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo, no qual o compromisso com a justiça racial é assumido tanto no âmbito individual quanto institucional.

Esse compromisso implica um esforço coletivo e coordenado para assegurar que todas as crianças e jovens, independentemente de sua raça ou etnia, tenham igualdade de oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento (Troyna; Carrington, 1990).

A Convenção sobre os Direitos da Criança (Brasil, 1990) traz um princípio essencial para a construção de uma educação antirracista. O trecho do Artigo 2º afirma:

Os Estados Partes respeitarão os direitos enunciados na presente Convenção e assegurarão sua aplicação a cada criança sujeita à sua jurisdição, sem distinção alguma, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra índole, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, deficiências físicas, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar a proteção da criança contra toda forma de discriminação ou castigo por causa da condição, das atividades, das opiniões manifestadas ou das crenças de seus pais, representantes legais ou familiares (Brasil, 1990, s/p).

Ao afirmar que os Estados devem garantir que todas as crianças estejam protegidas contra qualquer tipo de discriminação, o documento reforça a necessidade de construir ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos, onde todas as crianças, independentemente de sua origem étnico-racial, tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento e sejam tratadas com dignidade e respeito.

Na Educação Infantil, essa responsabilidade torna-se ainda mais evidente, visto que creches e pré-escolas são os primeiros espaços sociais formais onde as crianças começam a conviver com a diversidade. Nesses ambientes, as diferentes identidades étnico-raciais devem ser reconhecidas, respeitadas e valorizadas. Contudo, o racismo ainda se manifesta, muitas vezes, de forma sutil e invisível, impactando diretamente a forma como crianças negras são percebidas e tratadas nas instituições. Diante disso, as normativas e legislações vigentes tornam-se fundamentais, não apenas por garantirem os direitos das crianças, mas também por exigirem esforços contínuos das instituições e profissionais da educação na promoção da equidade desde os primeiros anos de vida.

De acordo com Campos (2010), a presença de materiais pedagógicos que representem a diversidade cultural e racial de forma respeitosa e sem reforço de estereótipos contribui significativamente para a construção de um ambiente mais inclusivo. Tais materiais favorecem

a formação de crianças com uma visão ampliada e respeitosa das diferenças, além de possibilitar práticas educativas mais sensíveis e humanizadas.

Embora muitas instituições de Educação Infantil busquem formação continuada, a legislação educacional impôs novas exigências quanto à formação e qualificação dos professores. Nesse sentido, a Lei nº 10.639 (Brasil, 2003) afirma em seu artigo 26-A:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Ainda que a lei se refira ao Ensino Fundamental e Médio, ela reforça a importância de que temáticas étnico-raciais sejam incorporadas também na Educação Infantil. Mesmo com um currículo específico, voltado ao desenvolvimento integral das crianças, a Educação Infantil não deve se omitir diante da responsabilidade de contribuir com a formação crítica e respeitosa das novas gerações. O conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira pode e deve ser abordado de forma lúdica, sensível e apropriada à faixa etária, permitindo desde cedo a valorização da diversidade.

Nesse sentido, o ensino dessas temáticas na Educação Infantil contribui para a construção de uma consciência crítica, ajudando a prevenir comportamentos discriminatórios e preconceituosos. Ao inserir esse repertório de atividades de maneira significativa e contextualizada, a instituição transmite não apenas conhecimento histórico, mas também valores fundamentais como respeito, igualdade, empatia e justiça. Desse modo, a Educação Infantil ocupa um lugar estratégico na construção de uma sociedade mais justa, democrática e antirracista, promovendo o reconhecimento da pluralidade cultural e a valorização da identidade de todas as crianças.

Apesar dos avanços nos debates sobre a importância da educação antirracista, ainda se observam desigualdades expressivas entre diferentes tipos de instituições, especialmente nas creches. Campos, Füllgraf e Wiggers (2006, p. 117-118) apontam que:

[...] as creches aparecem sempre em situação mais precária, seja quanto à formação de pessoal, seja quanto à infraestrutura material, adotando rotinas rígidas baseadas quase exclusivamente em ações voltadas para a alimentação, higiene e contenção das crianças. Comparativamente, nas pré-escolas são observadas melhores condições quanto à formação de pessoal e infraestrutura material, sendo que as rotinas, também pouco flexíveis, são focalizadas em atividades de cunho escolar. Nos dois tipos de instituição, constata-se grandes bloqueios na comunicação com as famílias, geralmente percebidas de forma negativa e preconceituosa por parte das equipes das escolas e creches.

Essa constatação reforça que as creches públicas brasileiras ainda operam em condições precárias, tanto no que diz respeito à infraestrutura quanto à formação de seus profissionais. Muitas vezes, a rotina nessas instituições se limita a cuidados básicos, como alimentação e higiene, em detrimento de práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento integral, à valorização da identidade e ao estímulo à consciência crítica.

Diante dessa realidade, a ausência de um diálogo respeitoso e qualificado com as famílias, frequentemente vistas com desconfiança ou preconceito pelas equipes escolares, contribui para a reprodução de uma estrutura educacional excludente e insensível às questões raciais. Nesse cenário, é urgente e necessário que educadores e instituições assumam um compromisso ético e político com uma educação antirracista desde a primeira infância, rompendo com o silêncio cúmplice e implementando ações que efetivamente promovam o respeito, a valorização da diversidade e a equidade no trato com todas as crianças.

Dessa forma, reafirma-se que o enfrentamento ao racismo na Educação Infantil não deve se restringir a iniciativas pontuais, mas constituir um compromisso contínuo e coletivo. É essencial que as instituições assumam a responsabilidade de formar crianças conscientes, empáticas e respeitadas, garantindo que a diversidade seja vivenciada como um valor e não como um obstáculo.

2.1 O PAPEL DA CRECHE NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE E NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE

Percebe-se que, na educação brasileira, a falta de discussão sobre as relações raciais no planejamento das escolas tem se constituído como um obstáculo significativo à promoção de relações interpessoais respeitadas e igualitárias entre os membros da comunidade escolar. O silêncio institucional diante do racismo e da discriminação racial reforça estereótipos nocivos e perpetua a ideia de desigualdade entre negros e brancos, o que limita não apenas o potencial intelectual dos alunos, mas também os impede de alcançar uma verdadeira liberdade para serem quem desejam ser, livres de preconceitos e estigmas (Brasil, 2005).

Trata-se, portanto, de uma questão urgente a ser enfrentada, especialmente na Educação Infantil, considerando que: “situações de preconceitos raciais também são presenciadas por educadores nas rotinas de ambientes educacionais de instituições infantis” (Tebet, 2019, p. 374). Muitas vezes, porém, esses episódios são ignorados ou tratados com negligência, sem o devido reconhecimento ou responsabilização por parte das instituições. Isso

evidencia uma lacuna preocupante no compromisso com a formação cidadã das crianças desde os primeiros anos.

A Educação Infantil, por sua vez, representa a primeira etapa da educação básica, com foco no desenvolvimento integral, físico, emocional, intelectual, linguístico e social, das crianças. Nessa fase, os pequenos são inseridos em um ambiente não familiar, no qual iniciam suas primeiras interações sociais com outras crianças e adultos de diferentes origens sociais e étnicas-culturais (Brasil, 1996). Por isso, o papel da escola nesse momento é ainda mais relevante, pois é na escola que valores, percepções e identidades começam a ser construídos e reforçados.

Silva e Veiga (2023) ressaltam que a infância deve ser compreendida como mais do que um simples conjunto de fases do crescimento. Trata-se de um período singular e significativo, repleto de experiências que contribuem para a formação da identidade das crianças bem pequenas e para a construção de suas visões de mundo. Diante disso, torna-se indispensável reconhecer e respeitar as diferentes realidades e os contextos étnico-raciais nos quais essas crianças estão inseridas, sobretudo nas creches, onde ocorre o primeiro contato com o coletivo.

É importante ressaltar que, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (Brasil, 2010), as instituições de Educação Infantil devem incluir em suas propostas pedagógicas condições que promovam o trabalho coletivo e a organização adequada de materiais, espaços e tempos, de forma a garantir o reconhecimento, valorização, respeito e interação das crianças bem pequenas com as histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, além de combater o racismo e a discriminação.

Percebe-se que a creche desempenha um papel fundamental na formação da identidade, por ser um dos primeiros espaços de socialização fora do ambiente familiar. Essa fase da Educação Infantil é considerada essencial para o desenvolvimento integral e a aprendizagem das crianças (Silva; Veiga, 2023; Brasil, 2006). Ao compreender as relações étnico-raciais, as instituições educacionais devem reconhecer as diferenças e valorizar a cultura, o corpo e os estilos de vida de cada criança, reconhecendo sua importância e contribuição social. Por outro lado, quando as instituições se omitem diante da diversidade, correm o risco de reforçar práticas discriminatórias.

Como destaca o documento de DCNEI (Brasil, 2004, p. 47):

O papel da Educação Infantil é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade e aprendizagem. Nos primeiros anos de vida, os espaços coletivos educacionais que a criança pequena frequenta são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de

preconceito, discriminação e racismo. As crianças deverão ser estimuladas desde muito pequenas a se envolverem em atividades que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da história e da cultura brasileiras.

Silva e Veiga (2023) reforçam que reconhecer as diferenças e promover ações contra qualquer forma de discriminação é essencial para que crianças de diferentes grupos étnico-raciais se sintam confortáveis com suas características e culturas, promovendo um ambiente de respeito e aceitação entre crianças negras e brancas. É responsabilidade da creche criar e manter um espaço onde a diversidade seja respeitada, valorizada e discutida, permitindo experiências diversas e significativas. Ao oferecer esse tipo de ambiente, a creche contribui para que as crianças cresçam reconhecendo e valorizando as diferenças humanas, o que é essencial para o desenvolvimento da cidadania.

Assim, quanto mais positivas forem as experiências vivenciadas na Educação Infantil, maior será a probabilidade de as crianças desenvolverem, ao longo da vida, atitudes de autoconfiança, cooperação, solidariedade e responsabilidade. Por outro lado, quando as crianças não são compreendidas ou têm suas necessidades emocionais ignoradas, são frequentemente rotuladas como agressivas. Essa incompreensão institucional, especialmente diante do racismo, contribui para a reprodução de desigualdades sociais.

Tebet (2023, p. 376) traz uma reflexão importante:

As mordidas também são eventualidades que podem servir como termômetro para aferir quem é branco e quem é negro no berçário. [...] De uma certa maneira, podemos dizer que tais procedimentos são ações que ajudam a amenizar a dor de uma mordida, ou seja, o bebê branco quando mordido recebe uma atenção que torna o momento menos doloroso. Para o bebê negro, devido ao tom de pele escura, essas técnicas dificilmente são empregadas, pois não são vistas como necessárias. O hematoma pode até não aparecer, mas a intensidade da dor de uma mordida é equivalente para ambos, no entanto, para alguns a ocorrência não implica em acolhimento, colo e cuidados, muito pelo contrário.

Esse relato evidencia como crianças brancas tendem a receber mais cuidado e atenção diante de situações de dor ou conflito, enquanto crianças negras são frequentemente negligenciadas. Garantir o cuidado equitativo a todas as crianças, independentemente da cor da pele, é uma exigência ética e pedagógica. Trata-se de promover justiça e equidade desde os primeiros anos de vida.

Nesse sentido, o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 estabelece:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo

de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Cuidar das crianças, portanto, não é uma responsabilidade exclusiva da família, mas um compromisso coletivo que envolve toda a sociedade, incluindo o poder público. A negação do afeto e do cuidado às crianças negras é uma prática que reflete séculos de racismo estrutural no Brasil. Oferecer afeto e cuidado equânime às crianças negras nas creches é, portanto, um ato de resistência e justiça social, que desafia as bases da subordinação racial historicamente imposta (Solza; Dias; Santiago, 2017).

Oliveira (2010, p. 217) também aponta que: “A questão racial apareceu nas práticas pedagógicas ocorridas na creche em situações que demonstravam determinado ‘carinho’, que optamos por chamar de ‘paparicação’, por parte das professoras em relação a determinadas crianças, estando as negras, na maior parte do tempo, ‘fora’ ou excluídas.”

Esse trecho evidencia como o racismo se manifesta, de maneira mais sutil e implícita, no contexto da Educação Infantil, principalmente nas relações afetivas e nas interações cotidianas, como as brincadeiras. Crianças negras, muitas vezes, são marginalizadas ou ignoradas, enquanto crianças brancas recebem maior atenção e afeto. Essas experiências, ainda que sutis, produzem efeitos profundos no desenvolvimento emocional, social e identitário das crianças negras, desde muito cedo.

Enquanto na Educação Infantil o racismo tende a se manifestar de forma velada (Araújo; Medeiros, 2025), no Ensino Fundamental ele torna-se mais evidente, especialmente no desempenho acadêmico. Crianças negras, frequentemente impactadas por preconceitos, exclusões e desigualdades estruturais, apresentam resultados mais baixos, o que evidencia que as barreiras raciais no processo de aprendizagem deste ambiente “[...] impacta negativamente o desempenho acadêmico e o bem-estar psicológico desses alunos” (Araújo; Medeiros, 2025, p. 14).

3. O BRINCAR COMO UMA POSSIBILIDADE DE PRÁTICA PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA

A coleta de dados deste estudo foi realizada em um Centro de Educação Infantil (CIEI), localizado no município de Naviraí – MS. A instituição apresenta uma infraestrutura ampla e adequada, composta por parque de areia, escorregadores, balanços e salas organizadas para as diferentes faixas etárias: berçário, maternal e jardim. Todas as salas são equipadas com televisão, ar-condicionado, pia e solário. Algumas delas contam ainda com tatames, utilizados para atividades no chão, além de berços destinados ao descanso dos bebês.

A pesquisa foi desenvolvida especificamente com a turma do Maternal I, uma das turmas em período integral da creche. A sala observada atende 20 crianças⁴, o espaço é amplo e dispõe de armários individuais, onde as crianças guardam seus pertences, além de um balcão com pia para uso das professoras. As paredes são decoradas com recursos visuais, como cartazes confeccionados pelas próprias crianças, fotografias e atividades pedagógicas realizadas ao longo do ano.

A turma conta com duas professoras regentes responsáveis pelas ações pedagógicas e pelos cuidados com as crianças. A Regente 1 é a principal responsável pela condução das atividades didáticas, pelo planejamento da rotina e pelo acompanhamento do desenvolvimento infantil. Sua atuação está voltada à abordagem dos conteúdos formais e à organização pedagógica do processo de ensino e aprendizagem. Já a Regente 2 exerce uma função das atividades lúdicas e de socialização, como brincadeiras, momentos no parque e ensaios para apresentações em datas comemorativas. Ambas as professoras são igualmente responsáveis pelos cuidados de higiene e bem-estar das crianças.

Para dar início à pesquisa e à coleta de dados, realizou-se uma visita prévia à instituição, na qual foi apresentada a proposta de observação participante com intervenção pedagógica, acompanhada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Inicialmente, o projeto foi discutido com a direção da unidade, que autorizou a execução da pesquisa. Em seguida, a proposta foi compartilhada com a coordenação pedagógica, com detalhamento dos objetivos, procedimentos metodológicos, etapas de observação e momentos de intervenção. Após essa etapa, definiu-se, em conjunto com a equipe gestora, a sala do Maternal I-A como o grupo foco da investigação, assim como as datas para aplicação das atividades planejadas.

O processo de coleta de dados incluiu três dias consecutivos de observações sistemáticas na sala do Maternal I-A, com o intuito de compreender a dinâmica da turma, o papel das professoras e as relações interpessoais entre as crianças, especialmente no que se refere às questões étnico-raciais. As informações foram registradas em diário de campo e servirão de base para análise das práticas pedagógicas e para o planejamento das ações de intervenção.

⁴ A sala observada não está em conformidade com o que determina a Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. O documento estabelece que “para bebês de 25 (vinte e cinco) a 36 (trinta e seis) meses: 12 (doze) bebês por educador(a)” (Brasil, 2024, p. 39), indicando, portanto, que o número de crianças por profissional ultrapassa o limite previsto pela norma.

O brincar constitui um elemento central para o desenvolvimento integral das crianças, permitindo que elas expressem criatividade, experimentem diferentes papéis sociais e construam relações significativas com os colegas e o ambiente. Nesse sentido, práticas lúdicas bem planejadas possibilitam o reconhecimento e a valorização das diferenças, favorecendo o desenvolvimento de atitudes antirracistas desde cedo (Bondioli; Mantovani, 1998). Além disso, o uso de atividades artísticas como experiências criativas contribui para a construção de um espaço escolar mais sensível às questões culturais e étnico-raciais, fortalecendo a percepção das crianças sobre diversidade e inclusão (Taba, 2024).

3.1 OBSERVAÇÃO NA TURMA DO MATERNAL I-A

Durante o período de observação na turma do Maternal I, foi possível identificar que as crianças iniciavam diariamente suas atividades reunidas no tatame, onde realizavam um momento de reflexão conduzido pelas professoras. Observou-se que a rotina do grupo era bem estruturada, seguindo-se ao momento inicial o café da manhã, e, em seguida, a realização das atividades pedagógicas propostas.

É importante destacar que, durante os dias de observação, a escola estava envolvida nos preparativos para a festa junina, o que influenciou diretamente a organização da rotina, já que a maioria das atividades desenvolvidas nesse período estava relacionada à comemoração.

Em diversos momentos, foi possível perceber que algumas crianças demonstravam maior autonomia em comparação às demais, revelando segurança para agir de maneira mais independente nas interações com os colegas e nas propostas organizadas pelas professoras. Essa percepção dialoga com o que afirmam Bondioli e Mantovani (1998, p. 23), ao destacarem que: “Autonomia não significa separação, significa, pelo contrário, segurança na relação e capacidade de modular por parte da criança as suas exigências de contato ou de controle à distância do adulto.”

Dessa forma, os ensaios e a própria rotina observada se mostraram como espaços de aprendizagem que não apenas organizam o cotidiano escolar, mas favorecem o desenvolvimento de competências importantes como a convivência, a autonomia e a participação ativa.

Outro aspecto relevante foi como, mesmo em contextos diferenciados, como os preparativos para datas comemorativas, as crianças foram expostas a situações que exigiam novas formas de participação e colaboração. Durante os ensaios, por exemplo, era necessário que se organizassem coletivamente, seguissem orientações e colaborassem com os colegas, o que ampliava sua capacidade de iniciativa diante dos desafios do cotidiano. Nesse sentido,

Coutinho, Day e Wiggers (2012, p. 89) ressaltam que: “A rotina pode ser um instrumento construtivo para o desenvolvimento da criança, desde que seja planejada para que a criança possa ser independente e autônoma.”

A organização do cotidiano escolar, portanto, não deve restringir-se às atividades pedagógicas formais, mas integrar momentos lúdicos, culturais e afetivos, entendendo-os como essenciais para a formação integral da criança (Vitória; Rossetti-Ferreira, 1993). A partir das observações realizadas, evidencia-se a necessidade de que a rotina seja intencionalmente planejada, articulando cuidado, brincar e aprendizagem, de modo a contemplar as necessidades específicas das crianças pequenas. Como afirmam ainda os mesmos autores:

A rotina deve ser organizada de maneira a favorecer o desenvolvimento da criança, bem como o suprimento das necessidades básicas, considerando prioritariamente as especificidades das crianças. Ressalta-se a importância de avaliar constantemente se ela favorece ou não o desenvolvimento e aprendizagem. (Coutinho; Day; Wiggers, 2012, p. 118)

Essa compreensão destaca que, mesmo em períodos nos quais a rotina é reorganizada por demandas institucionais, como festas e eventos, é necessário avaliar se tais práticas contribuem efetivamente para a aprendizagem e para a socialização infantil.

No contexto observado, percebe-se que a vivência das crianças no Maternal I ultrapassa o cumprimento de tarefas e envolve múltiplas aprendizagens, que se manifestam em diferentes dimensões do desenvolvimento. “As aprendizagens na infância vão além das possibilidades intelectuais, considerando-se também os aspectos da sensibilidade, autonomia, autoestima, raciocínio, socialização, domínio motor, representações simbólicas com múltiplas possibilidades.” (Coutinho; Day; Wiggers, 2012, p. 102)

Até mesmo os ensaios para a festa junina representaram oportunidades de desenvolvimento, permitindo às crianças a exploração do corpo, da expressão artística e da interação social, aspectos fundamentais para a construção de aprendizagens significativas. Nesse sentido, Mello (2007, p. 85) destaca que:

A creche e escola da infância podem e devem ser o melhor lugar para a educação das crianças pequenininhas – crianças até os 6 anos –, pois aí se pode intencionalmente organizar as condições adequadas de vida e educação para garantir a máxima apropriação das qualidades humanas – que são externas ao sujeito no nascimento e precisam ser apropriadas pelas novas gerações por meio de sua atividade nas situações vividas coletivamente.

Assim, a rotina observada no Maternal I não se limitou a um cronograma de ações, mas configurou-se como um espaço pedagógico intencional de desenvolvimento integral. A forma como as professoras articularam os momentos de cuidado, aprendizagem e celebração evidencia um compromisso com a formação da criança como sujeito ativo, crítico e sensível,

capaz de construir sentidos sobre o mundo e sobre si mesma por meio das experiências vividas no contexto escolar. Onde também mostra que o brincar se enquadra como uma ferramenta eficiente para o enfrentamento do racismo e para a valorização da diversidade desde a primeira infância, em que as crianças têm a oportunidade de vivenciar diferentes culturas, reconhecer identidades diversas e desenvolver empatia e respeito pelos colegas, contribuindo para a construção de uma consciência antirracista.

Nesse período de observação, não foram identificadas manifestações de racismo ou de discriminação entre as crianças e nas interações com as professoras, o que demonstra um espaço de convivência respeitoso e acolhedor. Todavia, embora não tenha sido constatado que ocorreram algum episódio de racismo, é importante ainda a necessidade de ações pedagógicas intencionais voltadas a essa temática desde a primeira infância.

Durante a observação, percebeu-se que a rotina de atividades coletivas permitia que as crianças aprendessem a conviver de forma harmoniosa e a colaborar com os colegas, participando de momentos de reflexão, brincadeiras e tarefas coletivas. Além disso, compartilhando o espaço e materiais de forma natural, momentos esses que evidenciam que a escola pode ser um espaço importante de ensino, convivência e cooperação entre os pequenos, embora não tenha sido possível observar com profundidade a execução de atividades pedagógicas regulares, pois a maior parte do tempo estava dedicada aos ensaios para a festa junina, concentrado nas ações de datas comemorativas. Foi perceptível que, apesar dessas oportunidades de interação, ensino e aprendizagem, ainda tem a necessidade de promover práticas antirracistas de forma intencional, seja por meio de jogos, conversas e histórias que valorizem as diferentes culturas e que estimulem o respeito à diversidade étnico-racial desde os primeiros anos.

Também, foi possível perceber que o espaço da sala de aula tinha poucos recursos que tratavam o assunto da diversidade cultural e étnica, como brinquedos, jogos e recursos visuais, o que limita a oportunidade das crianças em se reconhecerem e reconhecerem outras culturas. Ademais, a presença de tais recursos favoreceriam o diálogo da professora com as crianças, permitindo que o tema e correlacionados à diversidade fossem abordados de maneira intencional e interdisciplinar com a rotina das crianças. A partir dessas lacunas observadas, como a escassez de materiais que representassem a diversidade cultural e a ausência de referências afrodescendentes, foi planejada uma intervenção pedagógica voltada para o brincar como estratégia antirracista.

3.2 PROJETO DE INTERVENÇÃO: DIVERSIDADE SE APRENDE BRINCANDO

O projeto desenvolvido teve como foco a turma do Maternal I-A, composta por vinte crianças com idades entre dois anos e dois anos e onze meses, sendo que uma delas está em processo de investigação de necessidades especiais. O tema escolhido foi “A valorização da cultura africana na construção de uma educação antirracista”, e o título definido para nortear a prática foi “Diversidade se aprende brincando”. A proposta de intervenção teve como objetivo promover atitudes de respeito e valorização da cultura negra, por meio de experiências artísticas significativas que favorecessem o desenvolvimento integral das crianças.

No primeiro momento da intervenção, intitulado “*Pintando o respeito entre todos*”, reunimos a turma no tatame para apresentar tecidos e imagens com estampas africanas, explicando que a arte também é uma forma de contar histórias, afirmar identidades e expressar a humanidade (Taba, 2024). As crianças demonstraram curiosidade ao observar as cores, formas e texturas, sendo incentivadas a criar suas próprias estampas em papel, com tintas e pincéis.

Segundo Souza e Uttá (s/d, p. 5), a expressão artística infantil reflete o que a criança vê, sente e vivencia, sendo fruto das interações com seu meio sociocultural. Durante a atividade, destaquei que não existia certo ou errado, apenas diferentes formas de imaginar e expressar. A proposta buscou valorizar a autonomia e a criatividade das crianças, acolhendo a diversidade de produções como parte do processo de aprendizagem.

O segundo encontro, denominado “*Meu colar, minha identidade*”, foi iniciado com uma roda de conversa, na qual apresentei imagens de colares africanos e expliquei seu significado cultural e simbólico, como elementos de pertencimento, memória e expressão da identidade coletiva. Como afirmam Furtado, Pedroza e Alves (2014, p. 106), esses objetos representam “o reconhecimento dos sujeitos enquanto grupo, por partilharem histórias, valores e costumes que os remetem a um passado comum e, portanto, a uma identidade compartilhada”.

Após esse momento, as crianças criaram seus próprios colares com materiais variados, escolhendo cores, formas e combinações livremente. A atividade favoreceu a experimentação e o reconhecimento da diversidade. Conforme o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2010), a infância é um tempo de descobertas e de construção de si e do outro. Ao final, cada criança foi convidada a partilhar o significado do seu colar, promovendo o reconhecimento de sua identidade individual e a valorização do coletivo.

No último encontro, chamado “*Modelando o mundo*”, apresentamos imagens de esculturas africanas feitas em argila, explicando que esse material acompanha a humanidade há séculos como forma de criação, representação e expressão dos sentimentos. Destacamos que os

materiais naturais oferecem oportunidades para a criança se conectar com o mundo de forma sensível e significativa (Carvalho, 2025).

Cada criança foi convidada a explorar a argila livremente, sentindo sua textura e criando formas únicas. A proposta foi construída como uma experiência estética, centrada no processo de experimentação, no respeito à autoria infantil e à sua autonomia criativa. A postura durante a atividade foi de escuta e observação atenta, intervindo apenas quando necessário, sempre respeitando o tempo e as escolhas de cada criança.

A avaliação do projeto foi realizada de forma processual e contínua, com base na observação direta do envolvimento, participação e expressividade das crianças em cada encontro. Mais do que focar nos produtos finais, a ênfase foi dada ao processo de criação, à qualidade das interações estabelecidas e ao respeito às diferenças como elementos essenciais para a construção de uma prática pedagógica comprometida com a educação antirracista desde a infância.

3.3 EXECUÇÃO DA PROPOSTA DIVERSIDADE SE APRENDE BRINCANDO

A proposta de intervenção foi realizada por meio de uma sequência didática⁵ de três dias com crianças bem pequenas, em uma turma do Maternal I de uma creche do município de Naviraí – MS. Inicialmente, foi feito o contato com a instituição, sendo obtida a autorização da direção para a execução da pesquisa e a coleta de dados. As atividades aconteceram nos momentos pedagógicos, entre o café da manhã e o banho, e foram desenvolvidas dentro e fora da sala de aula, conforme as necessidades de cada proposta. Apresentei-me novamente às crianças, explicando de forma simples o motivo da minha presença na sala. Em seguida, convidei o grupo a sentar-se no tatame, em roda, e iniciei com uma pergunta: “Todos que estamos aqui somos iguais?”. De forma unânime, as crianças responderam que não, apontando espontaneamente características que nos diferenciavam, como cabelo, idade, sexo e, principalmente, cor da pele.

A partir dessas respostas, dialogamos sobre a importância das diferenças, explicando que cada pessoa possui particularidades que a tornam única e especial. Ressaltei que o respeito à diversidade é fundamental para a convivência, pois essas diferenças enriquecem o grupo e fortalecem o aprendizado coletivo. Para tornar a conversa mais significativa, utilizei exemplos

⁵ A sequência didática, compreendida como “um conjunto de aulas planejadas e analisadas previamente com a finalidade de observar situações de aprendizagem, envolvendo os conceitos previstos na pesquisa didática” (Pais, 2008, p. 102), representa uma estratégia essencial para organizar o ensino de maneira intencional e progressiva. Por meio dela, o professor estrutura as atividades de modo a favorecer a construção de novos conhecimentos, articulando conteúdos, objetivos e práticas pedagógicas que promovem a participação ativa dos alunos.

do cotidiano da turma, mostrando como cada criança contribui à sua maneira (Sousa, 2025). Encerrado o momento de conversa, iniciamos a primeira atividade, realizada no pátio da escola. Devido ao tempo reduzido em relação ao previsto, a proposta foi adaptada: organizamos uma mesa forrada com papel kraft, onde as crianças puderam utilizar tinta guache e pincéis para criar livremente suas artes, com base na conversa inicial sobre identidade e diversidade.

Imagem I: Desenvolvimento da atividade “Pintando o respeito entre todos”.



Fonte: (Acervo pessoal do pesquisador, 2025).

O objetivo foi permitir que as crianças expressassem suas percepções sobre si mesmas e sobre os colegas, por meio de cores, formas e traços, valorizando sua expressão individual. Segundo Taba (2024) e Souza e Uttá (2024), atividades artísticas possibilitam à criança representar sentimentos, ideias e experiências, contribuindo para o desenvolvimento da criatividade, da autoestima e da construção de um ambiente mais inclusivo e respeitoso.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010) também reforçam a importância de propostas que garantam: “O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação.” (Brasil, 2010, p. 21)

Durante a vivência, foi possível observar que as crianças se sentiram motivadas a expressar elementos de suas identidades e diferenças entre si. A atividade fortaleceu a valorização da diversidade e ajudou a construir um espaço de reconhecimento mútuo (Campos, 2010), promovendo uma abordagem antirracista desde os primeiros anos.

Segundo Padilha e Zilberstein (2020), a desconstrução da branquitude como lugar de privilégio é essencial para uma sociedade mais justa. Dessa forma, essa primeira atividade

unificou ludicidade e conscientização, permitindo que a arte fosse utilizada como ferramenta de valorização da identidade e combate ao preconceito.

No segundo dia, retornei à instituição e iniciei novamente com uma roda de conversa no tatame, retomando a temática da individualidade e diversidade. Em seguida, dei início à atividade de confecção de colares, adaptada em função do tempo disponível.

Imagem II: Desenvolvimento da atividade “Meu colar, minha identidade”.



Fonte: (Acervo pessoal do pesquisador, 2025).

Cada criança foi incentivada a escolher cores, materiais e formas que representassem suas identidades pessoais e histórias familiares (Silva, 2020; Nunes, 2021). A atividade aconteceu na sala de aula, de forma lúdica e participativa. Ao manipular os materiais, as crianças escolhiam entre si cores e combinações, desenvolvendo a colaboração, a criatividade e a autonomia. Essa proposta dialoga com o que preconizam as Diretrizes Curriculares, ao promover a “indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança” (Brasil, 2010), integrando múltiplas aprendizagens em uma única experiência.

Durante a atividade, as crianças demonstraram orgulho de suas produções e reconhecimento de suas identidades culturais. Segundo Oliveira e Abramowicz (2010), práticas de educação antirracista devem iniciar na infância, combatendo estereótipos e preconceitos desde cedo. A atividade dos colares permitiu justamente isso: valorização da ancestralidade, respeito às diferenças e fortalecimento da autoestima (Solza; Dias; Santiago, 2017). Além disso, ao compartilhar materiais e respeitar o tempo do outro, as crianças praticaram empatia, paciência e cooperação, elementos fundamentais para a construção de ambientes escolares antirracistas e inclusivos (Francisco Junior, 2008; Silva, 2023).

No último dia da sequência, realizei a terceira atividade: um artesanato com argila, desenvolvido no solário da creche, com as crianças sentadas no chão forrado com papel kraft. A proposta envolveu exploração sensorial, expressão criativa e conexão com a ancestralidade africana.

Imagem III: Desenvolvimento da atividade “Modelando o mundo”.



Fonte: (Acervo pessoal do pesquisador, 2025).

Ao manipular a argila, as crianças demonstraram curiosidade, prazer e envolvimento profundo, criando formas espontâneas e únicas. Essa vivência favoreceu o desenvolvimento da motricidade fina, da imaginação e da sensibilidade (Carvalho, 2025), além de promover aprendizagens significativas.

Inspirada nas esculturas africanas, a atividade foi pensada para reforçar o compromisso ético e estético da educação antirracista. A argila, enquanto material natural, aproximou as crianças de referências culturais ancestrais, favorecendo o reconhecimento da diversidade e a valorização da identidade (Nunes, 2021).

As interações durante a atividade revelaram cooperação, troca de ideias e respeito pelas criações dos colegas, criando um ambiente de diálogo e convivência respeitosa. Como destaca Sousa (2025), a valorização da diversidade é essencial para combater preconceitos e promover a cultura do respeito mútuo. Assim, a atividade com argila foi muito além de uma prática artística: consolidou-se como uma experiência transformadora, unindo expressão estética, consciência social e valorização da cultura afro-brasileira.

Durante a intervenção, pode-se perceber que não havia crianças negras na turma, porém algumas apresentavam traços como cabelo cacheado ou crespo, o que serviu como ponto de partida para discutir e valorizar a diversidade étnico-racial e as diferentes características durante a execução das atividades propostas. Assim, mesmo sem a presença de crianças negras,

as atividades foram percebidas pelas crianças, mesmo elas sendo pequenas, indicando que as experiências lúdicas e visuais podem contribuir para o reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial e uma educação antirracista com crianças da Educação Infantil. O que reforça a importância de práticas pedagógicas intencionais, que promovam representação, respeito e inclusão, garantindo que todas as crianças, independentemente de suas características, se sintam reconhecidas e aprendam a valorizar a diversidade desde cedo.

A sequência didática desenvolvida demonstrou que é possível, na Educação Infantil, articular práticas lúdicas e pedagógicas com conteúdo voltados à educação antirracista, respeitando o tempo, o desenvolvimento e as linguagens das crianças pequenas.

Cada atividade, pintura, colar e modelagem, proporcionou momentos significativos de aprendizagem, expressão, socialização e reflexão. O envolvimento das crianças, aliado às reflexões trazidas pelas experiências, evidenciou o potencial das práticas pedagógicas intencionais na formação de sujeitos críticos, empáticos e conscientes de sua identidade e do outro. Assim, compreendemos que a infância é um tempo potente para o aprendizado do respeito e da diversidade. E é dever das instituições educativas garantir que esse direito seja assegurado desde os primeiros anos de vida.

Embora as ações realizadas tenham possibilitado momentos ricos de exploração e aprendizagem, a ausência de crianças negras na turma evidencia a necessidade de repensar a representação cultural e étnica no cotidiano escolar. As experiências lúdicas e sensoriais favoreceram o reconhecimento de diferentes características físicas, mas para que a educação antirracista seja efetiva, é fundamental que a instituição adote estratégias planejadas que promovam visibilidade, inclusão e valorização das diversas culturas. Nesse sentido, a intervenção reforça que a primeira infância deve ser encarada como um período estratégico para estimular a empatia, a consciência social e o respeito às diferenças, garantindo que todos os estudantes se sintam reconhecidos e capazes de compreender e respeitar o outro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou a importância de implementar práticas pedagógicas antirracistas desde a Educação Infantil, especialmente no berçário, etapa crucial na construção da identidade e das primeiras percepções sobre o outro. A pesquisa demonstrou que, mesmo entre crianças muito pequenas, é possível promover atitudes de respeito, valorização da diversidade étnico-racial e formação de vínculos igualitários, por meio de atividades lúdicas e artísticas, como pintura, modelagem e a criação de colares inspirados na cultura africana. Tais práticas mostraram-se eficazes para estimular a curiosidade, a expressão criativa e o

reconhecimento da identidade cultural, integrando a diversidade de forma significativa ao cotidiano escolar. Além disso, evidenciou-se que o brincar, mesmo em atividades coletivas ou lúdicas voltadas a datas comemorativas, pode ser intencionalmente planejado como prática pedagógica antirracista, promovendo o respeito à diversidade e a valorização da identidade de cada criança.

A intervenção realizada também evidenciou que momentos de escuta, interação e exploração de materiais contribuem para o desenvolvimento da autonomia, autoestima e consciência social das crianças, além de reforçarem o reconhecimento da diversidade como parte fundamental do ambiente educativo. Verificou-se ainda que o envolvimento intencional das professoras, a organização da rotina pedagógica e uma mediação qualificada são aspectos essenciais para a eficácia dessas práticas, revelando que o papel da instituição de Educação Infantil vai além do cuidado, assumindo um compromisso ativo com a formação cidadã e inclusiva. Reforçando que o preconceito é uma construção social aprendida desde cedo, que as crianças internalizam comportamentos e atitudes presentes no ambiente em que vivem e que o brincar, enquanto prática pedagógica central, se configura como uma ferramenta poderosa para promover a inclusão, a valorização das diferenças e o desenvolvimento da consciência crítica desde a infância. O ato de brincar permite experiências significativas que articulam cuidado, aprendizagem e socialização, promovendo o reconhecimento da diversidade cultural e étnico-racial de maneira concreta.

Adicionalmente, o estudo destacou a relevância da formação e da sensibilização dos profissionais da Educação Infantil como fatores determinantes para o sucesso de propostas antirracistas. A preparação docente é fundamental para reconhecer preconceitos implícitos, desenvolver estratégias pedagógicas apropriadas e estabelecer relações mais equitativas entre crianças de diferentes origens, fortalecendo um ambiente escolar livre de estereótipos e discriminações.

Por fim, a pesquisa reafirma a urgência da consolidação de políticas públicas e diretrizes pedagógicas que promovam a educação antirracista de forma contínua e articulada, envolvendo educadores, famílias e comunidade. A instituição escolar, nesse contexto, cumpre um papel formativo essencial na construção de sujeitos conscientes, críticos e respeitosos, capazes de contribuir para uma sociedade mais justa, diversa e democrática, desde os primeiros anos de vida. O trabalho permitiu ao pesquisador refletir sobre sua própria prática, reforçando a necessidade de atuação intencional e consciente na promoção da diversidade e do respeito à pluralidade cultural desde os primeiros anos de vida.

5. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. G. J. P.; MEDEIROS, H. G. O fracasso escolar: uma análise fenomenológica sobre a violência e o racismo praticado nas escolas públicas. **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 18, n. 5, p. e8446, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n5-023. Disponível em: <https://link.ufms.br/iouhr>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna. **Manual de Educação Infantil-de 0 a 3 anos**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 39, 22 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes-ceb-2024>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://link.ufms.br/pxSJ5>. Acesso em: 10 maio 2024.

_____. Casa Civil. Diário Oficial da União. **Convenção sobre os direitos da criança**, 1990. Disponível em: <https://link.ufms.br/sRKh3>. Acesso em: 09 jan. 2025.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004. Disponível em: <https://link.ufms.br/TxdOU>. Acesso em: 21 fev. 2025.

_____. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <https://link.ufms.br/chBWQ>. Acesso em: 8 maio 2024.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <https://link.ufms.br/L7VvQ>. Acesso em: 07 maio 2024.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação das Relações Étnico-raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, SEB, 2004. Disponível em: <https://link.ufms.br/yBPiz>. Acesso em: 8 maio 2024.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: MEC, SEB, 2006.

CAMPOS, M. M. **Educação Infantil no Brasil: Avaliação qualitativa e quantitativa (Relatório Final)**. Fundação Carlos Chagas, BID, Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <https://link.ufms.br/MaYzb>. Acesso em: 12 fev. 2025.

_____. Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, p. 22-43, 2013. Disponível em: <https://link.ufms.br/QN0hd>. Acesso em: 5 jan. 2025.

CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J.; WIGGERS, V. A Qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006.

CARVALHO, Denise Faria de. **Processos criativos na educação infantil**: experiências pedagógicas com elementos da natureza na EMEI Profª Izildinha M. Macedo do Amaral em Uberlândia/MG. 2025. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Artes) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2025. Disponível em: <https://link.ufms.br/HdHF6>. Acesso em: 16 ago. 2025.

COUTINHO, Angela Scalabrin; DAY, Giseli; WIGGERS, Verena (Ed.). **Práticas Pedagógicas na Educação Infantil**: diálogos possíveis a partir da formação profissional. OIKOS Editora, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 2005. Disponível em: <https://link.ufms.br/yUhZn>. Acesso em: 12 jun. 2025.

FRANCISCO JUNIOR, W. E. Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 14, n. 3, 2008. DOI: <https://doi.org/c434c9>. Acesso em: 21 out. 2024.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 106-115, 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – 2005.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. Educação antirracista para crianças pequenas: ideias para começar um novo mundo. **Zero-a-seis**, v. 23, n. 2, p. 58-76, 2021. Disponível em: <https://link.ufms.br/QbE8g>. Acesso em: 5 set. 2024.

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e "paparicação". **Educ. rev.** Vol. 26, n. 2, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982010000200010>. Acesso em: 20 set. 2024.

PADILHA, Alexandra da Silva; ZILBERSTEIN, Jacqueline. A construção de um projeto de educação antirracista na Educação Infantil em uma EMEF: relatos de experiências e primeiros movimentos. **Cadernos de Aplicação**, v. 33, n. 2, 2020. Disponível em: <https://link.ufms.br/q6hTO>. Acesso em: 20 set. 2024.

PAIS, L.C. **Didática da Matemática**: uma análise da influência francesa. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. (C leção Tendências em Educação Matemática).

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, p. 64-73, 2003.

SILVA, Flávia Carolina. Educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil: caminhos necessários para uma educação antirracista. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. 33, p. 66-84, 2020.

SILVA, Thuane Machado da. **Wakanda e representatividade**: o filme Pantera Negra como prática pedagógica para a Educação Infantil. 2023. Disponível em: <https://link.ufms.br/ES01g>. Acesso em: 20 set. 2024.

SOLZA, Ellen Gonzaga Lima; DIAS, Lucimar Rosa; SANTIAGO, Flávio. Educação Infantil e desigualdades raciais: tessituras para a construção de uma educação das/nas relações étnico-raciais desde a creche. **Humanidades & Inovação**, v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/PNiQo>. Acesso em: 21 set. 2024.

SOUSA, Cesar Augusto Silva de. Valorização da diversidade na educação: um pilar para a inclusão. **Cadernos Cajuína**, v. 10, n. 1, p. e908-e908, 2025.

SOUSA, A. S. de; CARNEIRO, Everton Nery. Equidade e Educação Sociocientífica: Elementos para a Inovação e Melhoria da Qualidade da Educação. **Interference: A Journal Of Audio Culture**, V. 11, N. 1, P. 312-340, 2025.

SOUZA, Kathienne Regina Gama; UTTÁ, Bergson Pereira. **Experiência estética, linguagem artística e expressão na educação infantil**: a visão infantil acerca do espaço escolar na escola pública de São Luís-MA. Anais do CONEDU 2024, São Luís-MA, 2024. Disponível em: <https://link.ufms.br/GufKE>. Acesso em: 16 ago. 2025.

TABA, Rosi Meire Ferreira. A arte como expressão humana. **Revista Educação Continuada**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 118-126, jan. 2024. Disponível em: <https://link.ufms.br/ApR0vaDO>. Acesso em: 16 set. 2025.

TEBET, Gabriela (Org.). **Estudos de bebês e diálogos com a Sociologia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. Disponível em: <https://link.ufms.br/pE87h>. Acesso em: 9 agos. 2024.

TROYNA, Barry; CARRINGTON, Bruce. **Education, racism and reform**. London: Routledge, 1990.

VEIGA, Aline Aparecida Souza da; SILVA, Marta Regina Paulo da. Relações raciais e a creche: um ensaio sobre a formação da identidade negra e a prática educativa. **Zero-a-seis**, v. 25, n. 47, p. 41-63, 2023. Disponível em: <https://link.ufms.br/rxQo1>. Acesso em: 5 set. 2024.

VITÓRIA, Telma; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Processos de adaptação na creche. **Cadernos de Pesquisa**, n. 86, p. 55-64, 1993.